

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 2658O-057-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.
Rosário – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.(Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.996	2.262
Contas a receber	5	4.331	4.836
Impostos a recuperar	6	876	805
Estoques	-	1.238	1.047
Outros ativos	-	108	645
Total do ativo circulante		8.549	9.595
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	51.227	43.880
Total do ativo não circulante		51.227	43.880
Total do ativo		59.776	53.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	8	1.866	4.585
Empréstimos e financiamentos	10	6.586	4.924
Obrigações tributárias	11	530	330
Obrigações trabalhistas	12	1.613	1.467
Dividendos a pagar	15.d	212	-
Outros passivos	-	159	119
Total do passivo circulante		10.966	11.425
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	9	100	82
Empréstimos e financiamentos	10	9.699	10.364
Provisão para demandas judiciais	13	-	6
Provisão para desmobilização de aterros	14	2.034	1.413
Total do passivo não circulante		11.833	11.865
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	21.079	21.079
Reserva de capital	15.b	3.650	2.418
Reserva de lucros	15.c	12.248	6.688
Total do patrimônio líquido		36.977	30.185
Total do passivo e patrimônio líquido		59.776	53.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	47.126	42.672
Custos operacionais	17	(36.325)	(41.215)
Lucro bruto		10.801	1.457
Despesas administrativas	18	(1.948)	(4.044)
Outros resultados operacionais	-	8	16
Lucro (prejuízo) operacional		8.861	(2.571)
Receitas financeiras	-	254	415
Despesas financeiras	-	(1.577)	(1.096)
Resultado financeiro	19	(1.323)	(681)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.538	(3.252)
Imposto de renda	20	(482)	-
Contribuição social	20	(1.284)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.772	(3.252)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.772	(3.252)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	5.772	(3.252)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

			Reserva de capital		Reserva de Lucros			
	Notas	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		21.079	2.418	839	9.101	9.940	-	33.437
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(3.252)	(3.252)
Absorção de prejuízo do exercício	15.e	-	-	-	(3.252)	(3.252)	3.252	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.079	2.418	839	5.849	6.688		30.185
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.772	5.772
Constituição de reserva legal		-	-	289	-	289	(289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(212)	(212)
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	1.232	-	-	-	-	1.232
Retenção de lucros		-	-	-	5.271	5.271	(5.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		21.079	3.650	1.128	11.120	12.248	-	36.977

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.772	(3.252)
Ajustes por			
Depreciações	7.b	3.990	3.776
Valor residual do imobilizado baixado	7.b	-	1.838
Valor de imposto de renda e contribuição social	20	1.766	-
Provisão para demandas judiciais	13	(6)	-
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	10.b	1.377	875
Lucro ajustado		12.899	3.237
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		505	(1.480)
Impostos a recuperar		(71)	1.139
Estoques		(191)	(37)
Outros ativos		537	(605)
Fornecedores		(2.701)	2.251
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10.b	(1.378)	(875)
Obrigações tributárias		(334)	(158)
Obrigações trabalhistas		146	583
Provisão para desmobilização de aterros		-	-
Outros passivos		40	28
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.452	4.083
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(10.716)	(10.909)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(10.716)	(10.909)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	10.b	6.169	8.816
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	10.b	(5.171)	(3.654)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades do financiamento		998	5.162
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(266)	(1.664)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.262	3.926
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.996	2.262
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(266)	(1.664)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

1. Contexto operacional

A Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, subsidiária da Vital Engenharia Ambiental S.A., constituída em 02 de fevereiro de 2011, com sede na Fazenda Arapixi s/nº – Zona Industrial – bairro Buenos Aires – Município de Rosário – MA e tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 2.305 (R\$ 1.830 em 2024) e lucro líquido do exercício de R\$ 5.772 (prejuízo de R\$ 3.252 em 2024). A Vital Engenharia Ambiental (controladora da Companhia) não possui intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se compromete na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade e mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados no item d). Uso de estimativas e julgamentos.

Em 03 de junho de 2026, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

c) Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional. Embora a Companhia apresente capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2025, a Administração possui expectativa de geração de caixa operacional e conta com suporte financeiro de seus acionistas/controladores, quando necessário, para cumprimento de suas obrigações.

Dessa forma, não foram identificadas incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

As aplicações financeiras são, majoritariamente, Certificado de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados conforme segue:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e demais créditos financeiros
- Fornecedores, obrigações diversas e debêntures.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Gestão de riscos financeiros

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de inadimplência das contrapartes em relação às obrigações assumidas.

A principal exposição ao risco de crédito da Companhia decorre de contas a receber de clientes, predominantemente vinculadas a contratos com entes públicos. A Administração avalia que o risco é mitigado pela natureza institucional das contrapartes, pelo histórico de adimplência e pelo acompanhamento permanente dos saldos em aberto.

Com base nas avaliações realizadas, não foi reconhecida provisão para perdas esperadas nos exercícios apresentados, em função da baixa expectativa de perdas.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia não possuir recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações à medida que estas se tornam devidas.

A Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa, com o objetivo de assegurar a disponibilidade de recursos para o cumprimento de suas obrigações operacionais e financeiras, incluindo o serviço da dívida representada por debêntures.

A Companhia mantém disciplina na gestão do capital de giro e acesso a fontes de financiamento junto a partes relacionadas, de modo a mitigar eventuais riscos de descasamento de prazos.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado decorre de possíveis variações em taxas de juros que possam afetar os fluxos de caixa da Companhia.

A exposição da Companhia concentra-se, principalmente, nas debêntures remuneradas a taxas prefixadas ou indexadas, conforme contrato. A Administração acompanha periodicamente a evolução dessas taxas e entende que a exposição atual é compatível com a estrutura de capital e a capacidade de geração de caixa da Companhia.

A Companhia não está exposta de forma relevante a riscos cambiais, uma vez que não possui instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, registrados ao custo amortizado nas demonstrações contábeis, aproximam-se de seus valores justos, em função:

- i.** do curto prazo de vencimento de parte relevante dos instrumentos; e
- ii.** das condições contratuais das obrigações de longo prazo, compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

3.3. Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação financeira dos clientes e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, em conformidade com o CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e ao uso nas atividades operacionais, tais como transporte e armazenagem.

Os materiais mantidos em almoxarifado e destinados ao uso direto nas atividades operacionais da Companhia são classificados como estoques e reconhecidos no resultado à medida de seu consumo. Materiais de natureza administrativa ou de apoio são reconhecidos como despesa quando consumidos.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos diretamente atribuíveis à disponibilização do ativo para uso pretendido pela Administração.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens. As estimativas de vida útil e valores residuais são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário.

Na data-base, a Administração avaliou a recuperabilidade dos ativos imobilizados e concluiu que não há indicação de que os valores registrados excedam seus valores recuperáveis.

Os ativos utilizados na operação do contrato de Parceria Público-Privada são empregados exclusivamente na prestação do serviço objeto da concessão. A Administração avalia que o tratamento contábil adotado reflete adequadamente a natureza dos direitos e obrigações previstos contratualmente, considerando as características do modelo de concessão e da contraprestação associada.

3.6. Provisão para desmobilização de ativos

Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados.

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia registra como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas com base no regime de tributação do lucro real.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que são reconhecidos de forma consistente com esses lançamentos.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são apurados com base na legislação vigente na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é de 15%, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 anuais, e a alíquota da contribuição social é de 9%, conforme detalhado na Nota 20.

A Companhia usufrui de benefício fiscal correspondente à redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, conforme legislação aplicável. O efeito desse benefício é refletido na redução da despesa de imposto corrente, sendo o valor correspondente destinado ao patrimônio líquido, na rubrica de reserva de incentivos fiscais.

3.11. Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.12. Receitas

As receitas decorrem da prestação contínua dos serviços previstos nos contratos firmados com clientes e são reconhecidas à medida que tais serviços são executados, com base nas medições contratuais aplicáveis à contraprestação.

A Companhia presta serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos a entes públicos e privados. As receitas são reconhecidas mensalmente de acordo com os quantitativos efetivos dos serviços prestados, apurados por meio de critérios de medição como pesagem, metragem, quilometragem, duração ou outros parâmetros definidos contratualmente.

Os serviços de limpeza pública são considerados como uma única obrigação de desempenho, sendo a receita reconhecida com base nas medições consolidadas dos serviços executados no período. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos têm suas respectivas receitas reconhecidas mensalmente de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou destinados. As receitas de coleta pública e privada são reconhecidas conforme as quantidades de resíduos coletados e transportados, apuradas conforme previsto nos contratos.

3.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis envolve o uso de julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas utilizadas pela Administração referem-se, entre outros aspectos, à constituição de provisões, à avaliação de contingências, à mensuração da provisão para desmobilização de ativos, à vida útil do imobilizado e à recuperabilidade de ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As estimativas são revisadas periodicamente e ajustadas conforme mudanças nas circunstâncias. Na data-base, a Administração considera que são razoáveis e consistentes com as informações disponíveis.

3.15. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	284	324
Aplicações de liquidez imediata (i)	1.712	1.938
Caixa e equivalentes de caixa líquido	1.996	2.262

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos vencidos	3.436	783
Saldos vencidos até 180 dias	631	3.870
Saldos vencidos a mais de 180 dias	264	183
Total	4.331	4.836

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Impostos a compensar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e Cofins	38	34
IRPJ sobre incentivo fiscal Sudene (i)	-	366
IRPJ e CSLL (ii)	838	405
Total	876	805

(i) Valor referente a incentivo fiscal que consiste na redução de 75% do IRPJ calculados com base no lucro da exploração, conforme art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001.

(ii) Os saldos de IRPJ e CSLL a recuperar foram originados principalmente por pagamentos de estimativas do exercício corrente.

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	8.956	-	8.956	8.956
Instalações	20	47.113	(11.884)	35.229	27.080
Equipamentos de campo	5	5.542	(4.123)	1.419	213
Veículos	5	1.291	(1.291)	-	-
Central de Tratamento de Resíduos	10	14.486	(14.486)	-	-
ETE - Estação de Trat. de Efluentes	10	2.509	(2.005)	504	754
Aterros - Prov. para desmobilização	3,85	2.034	(327)	1.707	1.200
Adiantamentos para importação de ativos	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	3.207	-	3.207	5.474
Outras imobilizações	10	488	(283)	205	203
Total		85.626	(34.399)	51.227	43.880

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Terrenos	Instalações	Equipamento de Campo	Veículos	Central de Trat. de Resíduos	ETE - Estação de Trat. de Efluentes	Aterros Prov. p/ desmobilização (i)	Adiantamentos para importação de ativos	Imobilizações em andamento (ii)	Outros	Total
Saldo líquido em 31/12/2023	8.956	14.738	697	215	363	1.005	1.145	1.838	9.338	168	38.463
Adições	-	-	43	-	-	-	-	-	10.794	72	10.909
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	-	-	(1.838)
Provisão p/desmobilização de aterros (i)	-	-	-	-	-	-	122	-	-	-	122
Transferência	-	14.658	-	-	-	-	-	-	(14.658)	-	-
(-) Depreciação	-	(2.316)	(527)	(215)	(363)	(251)	(67)	-	-	(37)	(3.776)
Saldo líquido em 31/12/2024	8.956	27.080	213	-	-	754	1.200	-	5.474	203	43.880
Adições	-	44	3	-	-	-	-	-	10.622	47	10.716
Provisão p/desmobilização de aterros (i)	-	-	-	-	-	-	621	-	-	-	621
Transferência	-	11.561	1.328	-	-	-	-	-	(12.889)	-	-
(-) Depreciação	-	(3.456)	(125)	-	-	(250)	(114)	-	-	(45)	(3.990)
Saldo líquido em 31/12/2025	8.956	35.229	1.419	-	-	504	1.707	-	3.207	205	51.227

(i) Determinados ativos incluem custos estimados de desmobilização, capitalizados conforme política contábil da Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14.**(ii)** Ampliação em curso da nova célula do aterro sanitário.

8. Fornecedores

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i)	1.866	4.585	-	82
Total	1.866	4.585	-	82

(i) A redução de fornecedores reflete menor volume de compras e a liquidação de saldos anteriores.

9. Partes relacionadas - Fornecedores

Passivo não circulante	% de participação	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	50,00%	43	28
URCD Ambiental (LIMPEL)	50,00%	18	17
ARENDAL Locadora Ltda.	-	39	37
Total no passivo não circulante		100	82

Custos operacionais	% de participação	31/12/2025	31/12/2024
Locação de equipamentos			
VITAL Engenharia Ambiental S/A	50,00%	430	205
URCD Ambiental (LIMPEL)	50,00%	902	872
ARENDAL Locadora Ltda.	-	414	571
Total no resultado		1.746	1.648

As transações com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contratos operacionais e financeiros com empresas ligadas e acionistas.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Agente Financeiro	Modalidade	Taxa	Circulante		Não circulante	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	IPCA + Spread	-	-	4.843	-
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	IPCA + Spread	3.080	1.937	1.532	4.613
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	IPCA + Spread	-	861	-	-
Banco do Nordeste S.A.	Capital de giro	IPCA + Spread	1.206	905	2.714	3.920
Caterpillar Financial	CDC	IPCA + Spread	1.080	-	-	-
Banco Daycoval S.A.	CCB	IPCA + Spread	1.220	1.221	610	1.831
Total			6.586	4.924	9.699	10.364

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.126
Captação	8.816
Juros	875
Pagamento de principal	(3.654)
Pagamento de juros	(875)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.288
Captação	6.169
Juros	1.377
Pagamento de principal	(5.171)
Pagamento de juros	(1.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.285

c) Financiamento por vencimento

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

	Total 31/12/2025
Curto prazo	
2026	6.586
Longo prazo	
2027	3.450
2028	1.818
2029	899
2030	605
Após 2030	2.927
Total	9.699

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como os próprios bens financiados.

11. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS sobre faturamento	34	15
Cofins sobre faturamento	156	71
ISS sobre faturamento	219	174
Obrigações fiscais sobre lucro	34	5
Impostos retidos de terceiros	86	64
Impostos sobre receita financeira	1	1
Total	530	330

12. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	397	421
Provisão de férias e encargos	287	779
Encargos sociais a recolher	929	267
Total	1.613	1.467

13. Provisões para demandas judiciais

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais deveriam estar registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

14. Provisões para desmobilização de aterros

A provisão para desmobilização está relacionada às obrigações ambientais da Companhia referentes ao encerramento do aterro e aos cuidados pós-fechamento, em conformidade com a NBR no 13.896/1997. A Companhia reconhece essa provisão pelo valor presente dos gastos futuros estimados com a recuperação ambiental das áreas exploradas. As estimativas são baseadas em avaliações realizadas por especialistas técnicos, bem como na experiência histórica da Administração. Mudanças nas circunstâncias operacionais, na legislação aplicável ou em condições tecnológicas podem impactar tais estimativas. Dessa forma, o saldo da provisão é revisado periodicamente e ajustado, quando necessário, com reflexo no resultado do exercício. Os valores registrados no passivo correspondem ao valor presente das obrigações estimadas e estão classificados no passivo não circulante, considerando o prazo esperado para sua liquidação. O ativo correspondente é registrado no imobilizado e depreciado ao longo da vida útil econômica do ativo principal relacionado. As diferenças entre o ativo e o passivo ao longo do tempo decorrem, principalmente, dos efeitos de desconto a valor presente, atualização das estimativas e depreciação acumulada, sendo tais efeitos reconhecidos no resultado financeiro e operacional, conforme aplicável.

O desembolso dos recursos está previsto para ocorrer a partir do exercício de 2033. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão totalizava R\$ 2.034 (R\$ 1.413 em 31 de dezembro de 2024).

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$21.079 representado por 21.079.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia registra em reserva de incentivos fiscais o valor correspondente à redução de 75% do Imposto de Renda sobre o lucro da exploração.

Em 2025, o montante de R\$ 1.232 (milhares) foi destinado a essa reserva, a partir do resultado do exercício, permanecendo no patrimônio líquido conforme legislação aplicável.

c) Reserva legal

O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

d) Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório 5% (cinco por cento) do resultado do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	5.772	(3.252)
(-) Reserva legal (5%)	(289)	-
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.232)	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	4.251	(3.252)
Dividendos mínimos obrigatórios	212	-
Total de dividendos propostos	212	-

e) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	53.910	48.397
Receita de locação	1.001	1.299
Total de receita bruta	54.911	49.696
(-) ISS	(2.696)	(2.420)
(-) PIS	(907)	(821)
(-) COFINS	(4.182)	(3.783)
Total de impostos sobre faturamento	(7.785)	(7.024)
Receita operacional líquida	47.126	42.672

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos (i)	(12.009)	(17.672)
Pessoal	(11.497)	(10.608)
Locação	(4.174)	(4.649)
Serviços de terceiros	(3.250)	(3.026)
Depreciação	(3.517)	(3.366)
Outros	(1.878)	(1.894)
Total	(36.325)	(41.215)

A redução dos custos em 2025, em relação a 2024, decorre principalmente da menor ocorrência de consumos não recorrentes de insumos no período anterior, principalmente combustíveis, brita e materiais da estação de tratamento de efluentes.

18. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Comerciais	(6)	(11)
Informática	(90)	(127)
Administração Central	(896)	(967)
Impostos e taxas	(715)	(1.802)
Viagens	(158)	(711)
Indedutíveis	(11)	(31)
Conservação e limpeza	(72)	(395)
Total	(1.948)	(4.044)

19. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	124	282
Juros	56	42
Variação monetária	74	111
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	-	(20)
Total	254	415

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Bancária	(176)	(152)
Juros	(20)	(8)
Encargos sobre financiamentos	(1.378)	(875)
Outras	(3)	(61)
Total	(1.577)	(1.096)
Resultado financeiro líquido	(1.323)	(681)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.538	(3.252)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	(2.563)	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições	(43)	-
Compensação de base negativa	781	-
Outros	59	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.766)	-
Despesa de contribuição social	(1.284)	-
Despesa de imposto de renda	(482)	-
Total	(1.766)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,43%	-

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados de R\$ 9.326. No exercício de 2025, foi realizada a compensação parcial de R\$ 2.297 (limite legal de 30%), restando o saldo de R\$ 7.029 para exercícios futuros.

A Administração optou por não constituir ativos fiscais diferidos sobre o saldo remanescente de R\$ 7.029, devido à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

b) Composição da Despesa com Impostos sobre o Lucro

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.538	(3.252)
Imposto de Renda à alíquota nominal (15%)	(1.131)	-
Adicional do Imposto de Renda (10%)	(512)	-
Total do IRPJ Teórico Bruto sobre o Lucro da Exploração	(1.643)	-
Efeito da Redução de 75% de IRPJ (SUDENE)	1.232	-
Outras adições e exclusões líquidas na apuração	(71)	-
Despesa líquida de imposto de renda (i)	(482)	-

(i) A despesa de Imposto de Renda do exercício de 2025 no montante de R\$ 482 apresenta-se líquida do benefício fiscal de redução de 75% concedido pela SUDENE sobre o Lucro da Exploração (Art. 1º da MP no 2.199-14/2001), que totalizou R\$ 1.232 no período. Em cumprimento à legislação aplicável, este valor foi integralmente destinado para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido, sendo vedada a sua distribuição aos sócios.

21. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de Riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

22. Seguros

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Riscos	Datas de vigência	31/12/2025	
		Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Empresarial	De 16/04/2025 a 16/04/2026	675	1
Responsabilidade civil	De 17/04/2025 a 17/04/2026	1.000	7

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

23. Compliance

Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de *compliance* destinada a assegurar a aderência as leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis as suas atividades.

A Companhia e suas controladas adotam práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo:

- desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos;
- realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização;
- monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria;
- identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance;
- observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação;
- manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle;
- disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação.

A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

* * *